

HISTÓRIA DO DIREITO

Um Pensamento Político Nacional

Resenha de LYNCH, Christian (2024).

Fundações do pensamento político brasileiro:
a construção intelectual do Estado no Brasil

Rio de Janeiro: Topbooks, 728 p.

A National Political Thought

*Review of LYNCH, Christian (2024). Fundações do pensamento
político brasileiro: a construção intelectual do Estado no Brasil.*

Rio de Janeiro: Topbooks, 728 p.

Walter Guandalini Junior¹

André Peixoto de Souza²

¹ Universidade Federal do Paraná e Centro Universitário Uninter, ORCID 0000-0003-2426-33226

² Universidade Federal do Paraná e Centro Universitário Uninter, ORCID 0000-0003-2256-6833

RESUMO:

Resenha de LYNCH, Christian (2024). Fundações do pensamento político brasileiro: a construção intelectual do Estado no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 728 p.

Palavras-chave: história do direito; história do pensamento político; pensamento político brasileiro.

ABSTRACT:

Review of LYNCH, Christian (2024). Fundações do pensamento político brasileiro: a construção intelectual do Estado no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 728 p.

Keywords: legal history; history of political thought; Brazilian political thought.

Nas 700 densas páginas do seu *Fundações do pensamento político brasileiro*, Christian Lynch retoma alguns dos seus principais objetos de pesquisa para apresentar monumental síntese do “momento” em que se forma, no Brasil, um pensamento político nacional.

A obra se enquadra na tradição da história do pensamento político, que desde a década de 1970 tem sido retomada na Academia a partir do foco no próprio debate intelectual, tal como se materializa em “opúsculos, panfletos, cartas, artigos de jornal ou revistas, tratados, manuais, ensaios, dicionários, dissertações, sermões, poemas, músicas, discursos, livros e artigos” (Lynch, 2024, p. 19). Transposta ao estudo da realidade brasileira, contudo, essa tradição é obrigada a lidar com as complexidades da nossa condição periférica; Lynch se desincumbe dessa tarefa com destreza ao apontar, como tendências definidoras do pensamento periférico (Lynch, 2024, p. 37):

- a) o menor grau de generalização e o maior sentido prático das reflexões políticas;
- b) a maior centralidade da retórica, da oratória e do argumento de autoridade;
- c) a tendência dos autores nacionais de se apresentarem como pioneiros da modernidade cêntrica, obscurecendo as relações de continuidade com seus predecessores nacionais;
- d) a maior diluição das posições extremas, causada pela crença na previsibilidade do futuro, pela menor complexidade aparente da sociedade e pelo consenso social quanto à necessidade de superação do presente;
- e) a orientação prospectiva da política;
- f) a abundância de projetos nacionais dependentes da aclimação de modelos cêtricos;
- g) e o pedagogismo, consistente na necessidade de educação da população nas culturas necessárias à boa prática das instituições transplantadas.

Reconhecer o caráter periférico de nosso pensamento não significa, contudo, atribuir-lhe menor importância, mas somente reconhecer as suas peculiaridades. Apesar de admitir a inegável herança europeia de nossa reflexão política, Lynch (2024, p. 39) insiste na qualidade e consequência do pensamento político nacional, que não apenas traduz com competência os conceitos e instrumentos europeus às especificidades da realidade brasileira, mas tem impactos efetivos na atividade político-partidária nacional, articulando projetos e conformando comportamentos de grupos e indivíduos.

A obra materializa, dessa forma, postura política e metodológica reiteradamente assumida por Lynch em seus trabalhos anteriores: a de *levar o pensamento brasileiro a sério*, tratando-o com a mesma deferência usualmente concedida ao pensamento dos autores europeus. Isso poderia significar, na prática, a adoção de duas abordagens distintas: uma abordagem universalista, que alçasse o pensamento local a um nível de abstração semelhante ao que se costuma atribuir ao pensamento dos países cêtricos, para nele identificar conceitos, categorias e sistemas análogos aos dos modelos centrais; ou uma abordagem particularista, que amputasse o pensamento cêntrico da sua pretensa universalidade para o considerar, em conjunto com o periférico, nas suas relações concretas com a época e a sociedade em que foram produzidos. Declaradamente admirador da abordagem contextualista e herdeiro intelectual de Skinner, Koselleck e Rosanvallon, Lynch opta pela segunda alternativa, “menos interessado na suposta sistematicidade ou coerência do texto do que em entender como seu autor buscava reagir aos desafios de seu tempo” (Lynch, 2024, p. 41).

A opção metodológica pela “desuniversalização” do pensamento político europeu explica a primeira e a segunda partes da obra: à primeira vista supérfluas em um estudo dedicado ao pensamento político brasileiro, justificam-se pelo esforço de Lynch em examinar os modos concretos como o pensamento político europeu historicamente contribuiu para a superação dos obstáculos existentes à construção do Estado moderno.

Assim, a “Parte I”, intitulada *Os modelos “cêntricos” europeus: a construção intelectual do Estado de Direito na Inglaterra e na França (1533-1820)*, é grandíssima revisão da reflexão intelectual sobre o processo de formação do Estado de Direito nessas duas localidades que, claramente, servem de arcabouço para a teoria política aplicada no Brasil independente. Lynch inicia da chamada herança clássica (o “pensamento greco-romano”), perpassa o período medieval, o renascimento, e passa então a destacar as revoluções políticas dos séculos XVII e XVIII que impulsionaram Inglaterra e França rumo às experiências dos governos mistos e [curtos] republicanismos. Aqui, a transição do Antigo Regime para os modelos liberais constitucionais será essencial para compreender o que logo em seguida ocorrerá no Brasil.

A “Parte II”, intitulada *A periferia ibérica e americana: a construção intelectual do Estado no mundo luso-brasileiro (1580-1824)*, aborda a primeira forma do absolutismo português, suas interseções católicas, a consolidação dos Bragança, as reformas pombalinas, as repercussões de todo esse movimento na América portuguesa e as influências do [então novo] liberalismo econômico e das novas ideologias no processo de independência do Brasil – e da Constituição outorgada.

Historicamente contextualizado nessas duas primeiras partes o pensamento político europeu acerca da construção do Estado moderno, na terceira parte do livro Lynch avalia o modo como o pensamento político brasileiro se apropriou dessas reflexões para compreender e conduzir, também historicamente, e também em face dos seus desafios concretos particulares, o processo de construção do nosso Estado nacional.

Assim, a “Parte III”: *O momento monárquico: a construção intelectual do Estado no Brasil independente (1824-1860)*, principia, na realidade, com uma “desconstrução” de todo o projeto imperial, compreendendo os problemas em Pernambuco, as querelas dos partidos na Assembleia Geral e a oposição (e o reformismo) liberal. Daí para a reconfiguração do projeto imperial, desde os conflitos civis que oportunizam reformas conservadoras mediante utilização de todo o arcabouço inglês e francês antevisto na Parte I. Culmina com o triunfo desse projeto, em “consenso moderado” e naquilo que o autor chamará bachiana e eruditamente de “conservadorismo bem temperado”.

Surpreendentemente, porém, a abordagem contextualista adotada por Lynch não recai no historicismo de um relativismo factual radical, que poderia se contentar em descrever o pensamento elaborado em resposta às necessidades de cada contexto específico. Talvez pela especificidade de sua formação sociológica (Lynch é doutor em Ciência Política pelo IUPERJ e professor do IESP-UERJ), os seus textos são marcados por uma permanente obsessão com explicações teóricas abrangentes e passíveis de emprego na longa duração. Também na obra examinada se percebe essa mesma tendência, especialmente com as categorias de cosmopolitismo, nacionalismo, liberalismo, conservadorismo, democracia, mas também com o modelo explicativo que o autor denomina as “etapas arquetípicas da construção do Estado de Direito Democrático” (Lynch, 2024, p. 21): que tem início por um momento anárquico de instabilidade e contestação, seguido de uma revolução marcada pela ambição de afirmação da autoridade, que dá origem a um momento monárquico de personificação da comunidade no corpo do príncipe; desenvolve-se então uma revolução oligárquica de contestação do autoritarismo que leva à formação de um momento oligárquico, marcado por uma constituição que plasma os princípios organizadores da nova sociedade.

Por três motivos o livro pode, ao menos por enquanto, ser considerado o *Magnum opus* de Christian Lynch:

- i. Porque recupera e compila temas caros ao autor, já examinados em algumas centenas de artigos, capítulos e textos de divulgação: a independência, a nacionalidade, o constitucionalismo, o poder moderador, o liberalismo, a condição periférica, a oligarquia. Ao rearticulá-los em uma construção original, o livro não apenas aprofunda a compreensão de cada um desses temas e das conexões existentes entre eles, mas esclarece a própria linha de raciocínio que tem presidido as pesquisas de Lynch nos últimos vinte anos. O livro explicita, dessa forma, uma *teoria social*.
- ii. Porque converte essa teoria em um programa de trabalho que reflete estilo próprio e original de investigação, marcado pela combinação da minuciosa análise factual com ímpetos de abstração universalizante, a partir dos quais o autor elabora arquétipos explicativos passíveis de transposição a distintos momentos e objetos de pesquisa. O livro explicita, assim, um *método de pesquisa*.
- iii. Porque aplica essa teoria e esse método não apenas à compreensão do seu objeto de pesquisa (o pensamento político brasileiro), mas a um esforço totalizante de compreensão e explicação do processo de construção intelectual do Estado brasileiro no século XIX – que, apesar de respeitar os limites temporais do seu objeto de pesquisa, não deixa de fornecer insights valiosos à compreensão dos desenvolvimentos desse pensamento político nos séculos XX e XXI. Com isso o livro explicita, então, uma *interpretação do Brasil*.

Trata-se de leitura imprescindível a quem deseje compreender melhor o processo de construção do Estado brasileiro.